

## O INÍCIO DE UMA HISTÓRIA DA FORMAÇÃO DOCENTE EM GEOGRAFIA NA FFCL DA USP (1934-1960)

Márcia Cristina de Oliveira Mello<sup>1</sup>

FAPESP (Processo n. 2014/01139-5)

---

**Resumo:** Apresentam-se resultados do projeto de pesquisa “Orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia para o ensino secundário da escola paulista (1934-1960)” em desenvolvimento junto à FAPESP desde 2017. A investigação tem como objetivo identificar e compreender quais orientações metodológicas receberam os primeiros professores de Geografia para atuar na escola paulista, entre os anos de 1934 e 1960. Trata-se de pesquisa de fundo histórico, documental e bibliográfica desenvolvida por meio de procedimentos de identificação, reunião, organização e análise de fontes documentais sobre aspectos do currículo do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação. São enfatizadas as orientações metodológicas, advindas da Geografia e da Pedagogia utilizadas enquanto “matrizes” teóricas de formação. Buscamos refletir em que medida o curso de formação da FFCL, da USP – o primeiro do país em nível superior - contribuiu para promover a reflexão sobre a relação teoria e prática pedagógica no ensino de Geografia, dicotomia ainda presentes nos dias de hoje no processo de formação do professor de Geografia.

**Palavras-Chave:** ensino de Geografia; metodologias de ensino em Geografia; Didática da Geografia

---

### INTRODUÇÃO

Com o objetivo de ampliar as reflexões sobre importantes aspectos da história do ensino de Geografia, focamos o desdobramento desta história na *formação do professor*. As pesquisas no campo evidenciam especialmente as políticas de formação inicial e continuada; o ensino de Geografia nas séries iniciais do Ensino Fundamental; a cartografia escolar; a relação ensino e pesquisa; as disciplinas pedagógicas dos cursos de Geografia; as reformas educacionais; as diretrizes curriculares; recursos didáticos; metodologias de ensino; e as concepções dos professores sobre conceitos e categorias geográficas (Oliveira (1967); Vlach (1988); Ferraz (1995); Rocha (1996); Pinheiro (2003; 2005); Santos (2005); Pessoa (2007); e Albuquerque (2011)).

Especialmente estas temáticas auxiliam na compreensão dos contextos de produção das orientações metodológicas destinadas aos professores de Geografia, já que apontam para a variedade e complexidade de fatos históricos ocorridos no período ao qual delimitamos a pesquisa, como, por exemplo, a política de implementação de uma “cultura pedagógica” considerada “moderna”, a incorporação da Psicologia da Educação e as reformas educacionais, a transformação da prática pedagógica por meio do esclarecimento aos professores e o destaque aos sujeitos que aspiraram a “projetos de educação”.

---

<sup>1</sup> Doutora em Educação, UNESP/Ourinhos, [marciamello@ourinhos.unesp.br](mailto:marciamello@ourinhos.unesp.br)

Neste sentido destacamos ainda, pela abordagem histórica, o estudo de Preve (1989), que sob a orientação da professora Amélia Americano Franco Domingues de Castro, analisou os textos publicados na seção “Contribuição ao ensino” do *Boletim Geográfico do IBGE*, entre os anos de 1943 e 1978. Na investigação ficou constatado o alto índice de textos publicados sobre o ensino totalizando 372 títulos. Os textos elucidam a ideia de que “o Estado educa o educador” com a preocupação em direcionar os docentes para a aplicação da Geografia “moderna” em sala de aula utilizando denominações compatíveis para à época como ensino “concreto”, “dinâmico”, “ativo”, associadas a “aprendizagem por descoberta” e a técnica do estudo do meio.

Ainda que considerada a fecundidade da produção existente sobre aspectos da formação e atuação de professores de Geografia, existem aspectos que podem ser melhor investigados no sentido de compreendermos alguns problemas relacionados a este processo ainda existentes nos dias de hoje, como, por exemplo, as dicotomias teoria e prática pedagógica; a relação universidade e escola; o tempo de formação; e a relação bacharelado e licenciatura.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

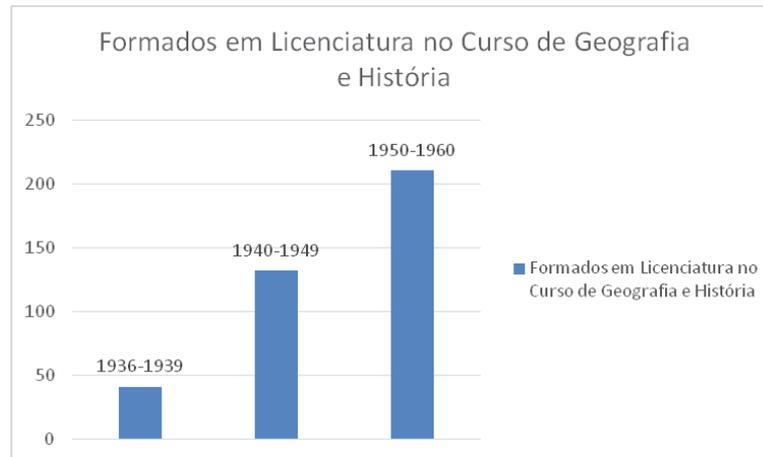
Trata-se de pesquisa de fundo histórico, documental e bibliográfica desenvolvida por meio de procedimentos de identificação, reunião, organização e análise de fontes documentais referentes aos aspectos do currículo do primeiro curso de formação de professores secundários de Geografia, oferecido na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP) e em seu Instituto de Educação. Delimitamos o período de pesquisa entre os anos de 1934 (ano de criação do primeiro curso de formação de professores de Geografia e História, em nível superior) e 1961 (ano de promulgação da Lei n. 4.024 que fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que conseqüentemente trouxe modificação no currículo dos cursos de formação docente). Tal período foi caracterizado então pela implantação da chamada “Geografia científica” em nosso país.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

O decreto n. 6.283, de 25 de janeiro de 1934, que criou a USP regulamentou seus oito institutos oficiais, dentre eles a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras que abrigou o então curso de Geografia e História. Matricularam-se naquele curso, no ano de 1934, 24 seletos alunos, dos quais oito foram diplomados em 1936.

No período de 1936 a 1960 formaram-se 384 professores de Geografia [e História], dentre eles nomes ilustres que se projetaram no cenário nacional como José Orlandi e João Dias de Silveira (da turma de 1936); Ary França (turma de 1938); Aroldo Edgard de Azevedo e Maria Conceição Vicente de Carvalho (da turma de 1939); Amélia Americano Franco de Castro (turma de 1940); e Aziz Nacib Ab-Saber (turma de 1945).

Gráfico 1 – Evolução do número de formandos em Licenciatura no Curso de Geografia e História, entre as décadas de 1936 e 1960, na FFCL-USP

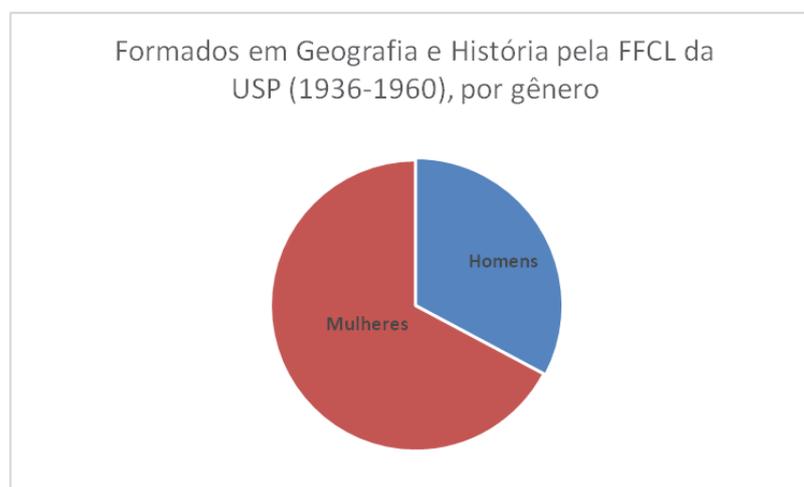


Na década de 1930 o número de professores com formação especializada em Geografia [e História] foi tímido, totalizando 41 docentes. Na década de 1940 houve um aumento considerável e número de professores formados foi de 132 para alcançar um fluxo maior na década de 1950, de 211 formandos.

Na modalidade bacharelado do curso de Geografia e História, o número de formandos foi de 476 no mesmo período. Desta forma, 92 alunos não optaram pela licenciatura. A proporção foi de 80,67% para as duas modalidades e 19,33% unicamente para o bacharelado.

Quanto ao gênero dos 476 alunos formados nas duas modalidades (1936 a 1960) 68,9% eram mulheres.

Gráfico 2 – Formados na Licenciatura em Geografia e História pela FFCL da USP (1936-1960), por gênero



O curso de Geografia e História na modalidade bacharelado tinha a duração de três anos e sua grade curricular era organizada da seguinte forma:

Quadro 1 - Grade curricular inicial do curso de Geografia e História da FFCL da USP

1º ano	Geographia geral Geographia econômica História da Civilização (antiga e medieval)
2º ano	Antropogeographia Geographia econômica do Brasil História da civilização (moderna e contemporânea) História da América (inclusive pré-histórica)
3º ano	Antropogeographia (especialmente do Brasil) História da América História da civilização brasileira

**Fonte:** Decreto n. 6.283, de janeiro de 1934

Para a formação do geógrafo a grade curricular contemplava disciplinas das áreas de física e humanidades com referencial teórico “[...] provenientes de uma tradição majoritariamente positivista que exaltava o surgimento de zonas pioneiras e a luta contra a natureza, vinculadas a diferentes áreas do conhecimento (História, Direito, Literatura, Jornalismo, Engenharia, Militar, entre outras), ajudaram a promover fundamentos teóricos-metodológicos da “Geografia moderna brasileira”. (PIRES, 2012, s.p.).

O corpo docente reunia em sua primeira composição professores franceses, entre eles Pierre Deffontaines (1894-1978) e Pierre Monbeig (1908-1987), que subsidiaram os estudos geográficos brasileiros. Estes professores pretendiam formar uma geração de geógrafos capazes de reunir e analisar questões geográficas relacionadas ao território nacional, a paisagem, ao relevo, ao clima, a hidrografia etc. articuladas aos fatos dos fenômenos humanos.

Além da formação técnica oferecida pelas Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras das décadas de 1930 a 1960 elas se constituíram enquanto *locus* de formação de professores secundários. Neste sentido Cacete (2003) enfatiza que até a década de 1930 a formação do magistério secundário era inexistente, dada as características do sistema público de ensino que mantinha um número bastante restrito de escolas. Na falta de formação docente em nível superior “Os professores da escola secundária eram recrutados entre aqueles que dispunham de uma cultura geral e possuíam conhecimentos específicos relativos à matéria que pretendiam lecionar [...]”. (p. 21).

Quando o sistema de ensino começou a se ampliar mediante necessidade do “[...] estabelecimento de uma economia urbano-industrial [...]” (p.13) surgiram urgências em relação a organização do ensino público para escolarização da população.

A chamada “reforma Francisco Campos”, de 1931 já tinha dado maior organicidade para o ensino secundário e caráter de universalidade ao ensino superior. Buscava-se a pesquisa científica e a introdução dos estudos pedagógicos como condição para a formação docente, compunha-se assim o ineditismo da reforma, que tentou se concretizar com a criação da Universidade de São Paulo.

Com o Código de Educação de 1933, Decreto n. 5.844, o monumental Instituto de Educação Francisco de Campos foi transformado em Instituto de Educação que por sua vez deveria oferecer a formação pedagógica aos candidatos a professores para a escola secundária.

Para Saviani (2009) os Institutos de Educação imprimiram o papel de incorporarem as disciplinas pedagógicas para firmá-las enquanto conhecimentos de caráter científico. O caráter científico inicialmente proposto considerava uma dimensão de pesquisa aos processos formativos.

Cacete (2014) destaca que as Faculdades de Filosofia sofreram críticas quanto ao formato de formação docente que mantinham até os de 1960, especialmente, referentes ao fato de não conciliar a formação do professor e do pesquisador; pela inadequação na preparação do professor que trazia deficiência na prática docente; e pela precariedade na fixação do profissional à docência.

Por estes motivos, Cacete (2015) relata que desde então se intensificou a discussão acerca da articulação entre a formação do bacharel e o professor de Geografia, já que estava caracterizada especialmente por um

[...] aglomerado de disciplinas isoladas, desvinculadas do campo de atuação profissional dos professores. A acentuação teórica dos cursos de formação de professores, em detrimento daquilo que se entendia por “prática”, sustentava outra crítica recorrente. Acreditava-se que o professor aprendia o seu exercício pedagógico tão somente na prática da sala de aula. Dito de outro modo, a base teórica desses cursos não tomava a prática como referência para formulação teórica. (p. 5).

Para a autora os cursos de formação docente herdaram um paradigma positivista da racionalidade técnica instrumental, segundo o qual os professorandos deveriam ser instrumentalizados por meio de saberes envolvendo técnicas e procedimentos metodológicos para depois aplicar.

Com relação ao curso que analisamos estes aspectos podem ser observados na grade curricular que previa três anos de estudos das disciplinas específicas e um ano de estudos das disciplinas pedagógicas oferecidos no Instituto de Educação. Uma das características do curso destinado à formação pedagógica de professores secundários é que tinha a duração de um ano, compondo o modelo de formação docente conhecido como “três mais um”. Em “História da formação de professores” Tanuri (2000) nos lembra que este modelo correspondia aos três anos dedicados aos estudos apresentados pelas disciplinas de conteúdos específicos da área de formação, mais um ano dedicado para a formação do licenciado.

No Instituto de Educação o curso de formação docente de um ano era composto pelas seguintes disciplinas, a saber: Biologia educacional aplicada ao adolescente; Psychologia educacional; Sociologia educacional; Methodologia do ensino secundário; Historia e Philosophia da educação; Educação secundaria comparada; e Methodologia do ensino secundário (Artigo 6º da secção IV do decreto n. 7.067, de 1935).

Por sua vez, o Instituto de Educação buscava a formação docente articulada com as bases da “Pedagogia moderna”, representada pelo movimento escolanovista. O entrecruzamento entre as características das teorias pedagógicas e da formação específica do geógrafo favoreceu a circulação de orientações metodológicas destinadas aos professores que subsidiaram a elaboração de programas de ensino para a escola secundária e a produção de manuais de ensino.

Certamente as tentativas de integração entre a formação específica do geógrafo e a pedagógica dialogavam intimamente com as bases teóricas da disciplina de Psicologia educacional, que em sua gênese contou com os esforços de Lourenço Filho (1897-1970) e Noemy da Silveira Rudolfer (1902-1980).

Dentre os fundamentos do currículo para a formação docente constavam nas bibliografias das disciplinas textos de autores como John Dewey (1859-1952); William Heard Kilpatrick (1871-1965); Maria Montessori (1870-1952); Ovide Decroly (1871-1932); Édouard Claparède (1873-1940); Adolpho Ferrière (1879-1960); MoiseiPistrak (1888-1940); e Anton Makarenko (1888-1939). Dentre os brasileiros destacaram-se nos programas de ensino autores como João Augusto de Toledo (1879-1941); Antonio Firmino de Proença (1880-1946); Delgado de Carvalho (1884-1980); Fernando de Azevedo (1894-1974); e Lourenço Filho.

Nadai (1994) observa que o Instituto de Educação foi uma das respostas institucionais frente as propostas do *Manifesto dos pioneiros da Educação Nova*, já que nele Fernando de Azevedo, relator do *Manifesto*, propunha colocar em prática um projeto pioneiro de formação docente em nível superior em nosso país, considerando a “variante paulista” dos estudos universitários, que se organizava com potencialidade para assumir papel como centro de investigação e de pesquisa.

O decreto estadual número 7.067, de 6 de abril de 1935, estabeleceu que no Instituto de Educação o ensino se daria por meio de cursos normais e extraordinários. Dentre os primeiros estavam o *Curso de administradores escolares*; o *Curso de formação pedagógica de professores secundários*; e o *Curso de formação de professores primários*.

Conforme relata Nadai (1994) o próprio Fernando de Azevedo conceituou o Instituto de Educação como o laboratório do sistema educacional paulista da época, também algo próximo a um centro de pesquisas.

Conforme consta no quadro abaixo o curso de formação docente era composto pelas seguintes disciplinas:

Quadro 2 – Disciplinas do primeiro curso de formação pedagógica de professores secundários do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo

Primeiro semestre	Segundo semestre
Biologia educacional applicada ao adolescente	Historia e Philosophia da educação
Psychologia educacional	Educação secundaria comparada
Sociologia educacional	Methodologia do ensino secundário
Methodologia do ensino secundário	

**Fonte:** Artigo 6º da secção IV do decreto n. 7.067, de 1935

O modelo didático-pedagógico de formação docente implantado a partir dos anos de 1930 deu importância a questão pedagógica, no entanto, até os dias de hoje não encontrou um encaminhamento satisfatório (SAVIANI, 2009), especialmente no que se refere a articulação entre a universidade e a escola de Educação Básica e entre a teoria e a prática educativa.

A disciplina de Metodologia do ensino secundário era ministrada nos dois semestres do curso. Seu programa de ensino (USP, 1935) constava de cinco temas descritos abaixo.

- I- Natureza e significado do ensino secundário.
- II- O princípio do ensino secundário: a cultura geral e o despertar do espírito crítico, preparação para a vida.
- III- O professor e o ensino secundário: preparação, função, a disciplina intelectual e moral a que ele deve se impor.
- IV- O contato moral e mental com os alunos.
- V- O professor secundário no meio social.

Dada a especificidade dos saberes técnicos e profissionais da profissão docente, para a contratação do professor catedrático da disciplina de Metodologia do Ensino Secundário, não houveram inscritos, ficando a vaga em aberto até 1936. Conforme indica o decreto n. 7.067, de 1935, o corpo docente deveria ser composto por professores catedráticos; docentes livres; auxiliares de ensino; e professores contratados.

Assim, para a disciplina de Metodologia do ensino secundário “[...] foram contratados Paul Arbousse Bastide e Dora de Barros Pastorino, o primeiro como regente e a segunda como auxiliar de ensino.” (NADAI, 1994, p. 160).

O professor de Metodologia do Ensino Secundário deveria contar com o apoio de outros docentes – tantos fossem as Secções apresentadas – para tratar das *Metodologias Especiais*. Nas primeiras décadas, elas foram tratadas sob forma de conferências, com a colaboração da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e se destinavam a “complementar, por especialistas de cada uma das matérias das escolas secundárias, o curso de formação tecnica e profissional do professor de ensino secundário.” Em geral os professores discorriam sobre “a importância da

história da disciplina, isto é, a trajetória de sua constituição, o programa escolar e a metodologia do ensino das matérias de sua especialidade. (p. 165).

Para a abordagem sobre a “Metodologia do ensino de Geografia” foi escolhido o geógrafo francês Pierre Monbeig que se tornou o primeiro docente da USP a sistematizar orientações metodológicas aos futuros professores de Geografia. As orientações foram ministradas em forma de conferência proferida no salão nobre do Jardim da Infância, do Instituto de Educação. Posteriormente o renomado professor se envolveu no debate sobre o ensino de Geografia, integrando uma comissão da Associação dos Geógrafos do Brasil (AGB) para sugerir um programa para o ensino da Geografia no ensino secundário. O programa e as orientações metodológicas foram publicados nos artigos “O ensino secundário da Geografia”, em 1935 e “A Geografia na escola secundária”, em 1945.

A familiaridade de Monbeig com a temática se deve possivelmente por sua sólida formação na Universidade de Paris em Letras (1927), Geografia Geral (1928) e História e Geografia (1929), aliada ao fato de que em seu país atuou como professor do ensino secundário no Liceu de Caen (USP, 1935).

As orientações metodológicas de Monbeig envolviam:

- não fazer uso excessivo da memória;
- buscar uma Geografia “racional e inteligente”;
- entender a Geografia enquanto uma disciplina de cultura geral; enquanto estudo da realidade imediata; e estudo da relação entre o homem e a natureza;
- utilizar recursos e processos didáticos como mapas, fotografias, leituras, observações, e excursões geográficas.
- partir do local na compreensão dos fenômenos geográficos para compará-los com regiões mais distantes.

As orientações de Monbeig contribuíram para a formação de um “novo profissional” atrelada ao panorama da era do capitalismo, da urbanização e industrialização que exigia novos rumos à educação. Assim, se por um lado o curso da USP “[...] originou-se marcado pela dualidade em sua formação: conteúdo científico, formação cultural de um lado e pedagógico, metodológico e técnico, de outro.” (NADAI, 1994, p. 157), algumas ações fortaleciam a formação pedagógica, cujo foco se dava no último ano do curso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo da história da formação docente em Geografia iniciada na FFCL da USP, em 1934 favorece o conhecimento das “matrizes de formação” que se tornaram “variantes”, se consideradas as mudanças propostas nas orientações metodológicas, que foram se expandindo e nem sempre preservando suas características iniciais, não conferindo unidade e continuidade no tempo, especialmente, se observados seus determinantes históricos, políticos, sociais e educacionais.

Devido a essas características, as concepções de currículo e metodologia de ensino em Geografia podem se configurar enquanto estratégias de intervenção no campo pedagógico, a partir de diferentes visões teóricas e políticas, o que determina os seus quadros conceituais, ancorados na ciência geográfica e na Pedagogia.

No entrecruzamento entre os avanços destas áreas e da própria ciência geográfica, formaram-se os primeiros professores de Geografia para a escola secundária paulista. Dadas as características da época observamos que alguns obstáculos historicamente constituídos no processo de formação do professor de Geografia em nosso país ainda estão em curso em nosso país, já que recentemente participamos, enquanto formadores de professores, da reorganização dos Projetos políticos-pedagógicos dos cursos de licenciatura da UNESP, orientada pela Deliberação CEE/SP n. 111/2012, com as alterações da Deliberação n. 126/2014. Os cursos tiveram extrema resistência/dificuldade em ajustar, decorrente da exigência da legislação educacional, os 30% da carga horária total do curso que deveriam ser destinados às atividades/disciplinas de formação “técnico-pedagógicas”.

Permaneceram nas discussões as dicotomias: currículo de formação específica do Bacharel em Geografia e sua formação pedagógica; a relação universidade e escola; e pesquisa e ensino.

## REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Dois momentos na história da Geografia escolar: a Geografia clássica e as contribuições de Delgado de Carvalho. *Revista Brasileira de Educação em Geografia*, Rio de Janeiro, v.1, n.2, 2011. Disponível em: < <http://www.revistaedugeo.com.br>>

CACETE, Núria Hanglei. *A formação de professores para escola secundária e sua localização institucional: da faculdade de filosofia ao instituto superior de educação*. 2003. Tese. Universidade de São Paulo, 2003.

\_\_\_\_\_. Breve história do ensino superior brasileiro e da formação de professores para a escola secundária. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 40, n. 4, p. 1-16, out./dez. 2014.

\_\_\_\_\_. Formação do professor de Geografia: sobre práticas de ensino e estágio supervisionado. *Revista Casa da Geografia*, Sobral, v. 17, n. 2, p. 3-11, jul. 2015.

DECRETO n. 6.283, de janeiro de 1934. Cria a Universidade de São Paulo e dá outras providências.

DECRETO n. 7.067, de 06 de abril, de 1935. Aprova o regulamento do Instituto de Educação, da Universidade de São Paulo.

FERRAZ, Cláudio Benito Oliveira. *O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913-1942*. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1995.

NADAI, Elza. Fernando de Azevedo e a formação pedagógica do professor secundário: o Instituto de Educação. *Revista da Faculdade de Educação*, São Paulo, p. 151-172, jan./dez. 1994.

OLIVEIRA, Livia de. *Contribuição ao ensino de Geografia*. 1967. (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1967.

PESSOA, Rodrigo Bezerra. *Um olhar sobre a trajetória da Geografia escolar no Brasil e a visão dos alunos de Ensino Médio sobre a Geografia atual*. 130 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2007.

PINHEIRO, Antonio Carlos. *Trajatória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil: 1972-2000*. 277 f. Tese (Doutorado em Ciências). Universidade Estadual de Campinas, 2003.

\_\_\_\_\_. Tendências teórico-metodológicas e suas influências nas pesquisas acadêmicas sobre ensino de Geografia. *Terra Livre*, São Paulo, ano 21, v. 1, n.24, 2005.

PIRES, Hindenburgo Francisco. Prefácio. In.: CUSTÓDIO, Vanderli (Org.). *Fundamentos teóricos-metodológicos do ensino e da pesquisa em Geografia: textos selecionados das primeiras publicações da Associação dos Geógrafos brasileiros (AGB) – Geografia (1935-1936) e Boletim da AGB (1941-1944)*. São Paulo: AGB, 2012.

PREVE, Orlandina da Silva Damian. *A participação do Boletim Geográfico do IBGE na produção da metodologia do ensino de Geografia – 1943-1978*. (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1989.

ROCHA, Genilton Odilon Rêgo da. *A trajetória da disciplina Geografia no currículo escolar brasileiro*. 1996. 298 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1996.

SANTOS, Fátima Aparecida dos. *A Escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da escola primária em São Paulo no início do século XX*. 2005. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2005.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. *Revista brasileira de educação*, v. 14, n. 40, p. 143-155, jan./abr. 2009.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 14, mai./jun./jul./ago. 2000, p. 61-88.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO (USP). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. *Anuário Universidade 1934-1935*. São Paulo, 1935.

\_\_\_\_\_. *Arquivos do Instituto de Educação*, São Paulo, ano I, n. 1, set.1935.

VLASCH, Vânia Rúbia Farias. *A propósito do ensino de Geografia: em questão, o nacionalismo patriótico*. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, 1988.